



ACÓRDÃO Nº 577/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11571/2016.

Apeços: Processos nº 10873/2017, 11018/2017 e 12043/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Responsável: Alexandre Bichara da Cunha – Ordenador de Despesa.

4- Exercício: 2015.

5- Órgão: Fundação Hospital Adriano Jorge – FHAJ.

6- Advogado: Não Possui.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2278/2017-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls.995/997).

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação Hospital Adriano Jorge – FHAJ. Exercício de 2015.

Regularidade com Ressalvas. Multa. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, em **divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. A unanimidade:

9.1.1. Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas do Senhor Alexandre Bichara da Cunha, Diretor-Presidente da FHAJ e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE; artigo 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2015, da Fundação Hospital Adriano Jorge – FHAJ;

9.1.2. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que: encaminhe à atual administração da Fundação Hospital Adriano Jorge – FHAJ, cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas



ACÓRDÃO Nº 577/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

impropriedades em Prestação de Contas futuras; Arquive os Processos apensos a estes autos (Processo nº. 12043/2016 e Processo nº. 11018/2017), tendo em vista que já foram objeto de análise no processo principal, analisado em questão. Bem como, archive o Processo nº. 10873/2017, o qual já foi julgado, conforme Acórdão nº. 1006/2016 – TCE – Tribunal Pleno. Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

9.2. POR MAIORIA:

9.2.1. Aplicar Multa ao Senhor Alexandre Bichara da Cunha

no valor de 2.000,00 (dois mil reais), nos termos do parágrafo único, do artigo 53, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, valor atualizado pela Resolução nº. 25/2012, pelas impropriedades constantes nos itens 1.2 e 03 do Relatório Conclusivo nº. 45/2016 – DICA/AM, às fls. 839/860, bem como o item 05 da Informação Conclusiva nº. 54/2017, às fls. 986/991, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento de/pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

9.2.2. Aplicar Multa ao Sr. Alexandre Bichara da Cunha

no valor de 1.096,03 (mil e noventa e seis reais e três centavos), na forma prevista no artigo 308, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, alterada pela Resolução nº. 25/2012, correspondente ao mês de competência (dezembro do exercício de 2015), relativo aos dados e demonstrativos contábeis ACP/Captura, remetidos ao Tribunal de Contas, fora do prazo fixado no art. 4.º da Res. nº. 10/2012 – TCE/AM, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ por descumprimento de/pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.

Vencido o Conselheiro Júlio Assis Corrê Pinheiro, que votou contra à aplicação das multas ao responsável.



ACÓRDÃO Nº 577/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 30 de Maio de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em sessão), Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

12.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva e Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (art. 65 do Regimento Interno).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral